



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

Concurso Público para provimento de cargos de
Analista Judiciário - Área Judiciária
Especialidade Execução de Mandados



Prova Cargo C03, Tipo 1
000000000000000000
00001-001-001

Nº de Inscrição
MODELO

P R O V A
Conhecimentos Gerais Conhecimentos Específicos Redação

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém o tema da Redação e espaço destinado ao rascunho.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, fazendo um traço bem forte no quadrinho que aparece abaixo dessa letra.
- transcrever a Redação no Caderno de Respostas, no espaço a ela destinado.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Em nenhuma hipótese o rascunho da Redação será considerado na correção.
- Não será permitido o uso de quaisquer outras folhas de papel para rascunho da Redação.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 4h30min para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas, bem como para elaborar a Redação e transcrevê-la para o Caderno de Resposta correspondente.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas e o Caderno de Resposta da Redação.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Setembro/2004
010203

CONHECIMENTOS GERAIS

Instruções: Para responder às questões de números 1 a 6 considere o texto abaixo.

1 A expressão “indústria da cultura” foi provavelmente utilizada pela primeira vez no livro **Dialética do Iluminismo** que Horkheimer e eu publicamos em Amsterdan, em 1947. Nas versões iniciais, falava-se de “cultura de massas”.

5 Substituímos esta expressão por “indústria da cultura”, a fim de excluir, logo de início, a interpretação que convém aos advogados daquela, ou seja, que se trataria de qualquer coisa como uma cultura que surge espontaneamente das próprias massas, a forma contemporânea da arte popular.

10 A indústria da cultura encontra-se nos antípodas de tal concepção. Ela reorganiza o que há muito se tornou um hábito, dotando-o de uma nova qualidade. Em todos os setores, os produtos são fabricados mais ou menos segundo um plano, talhados para o consumo das massas e, em larga medida, determinando eles próprios esse consumo. Os setores individuais assemelham-se quanto à estrutura ou, pelo menos, articulam-se entre si. Integram-se no sistema de forma ordenada e praticamente sem falhas, processo que fica a dever tanto aos recursos atuais da

20 tecnologia como à concentração econômica e administrativa. A indústria da cultura é a integração propositada de seus consumidores, a partir de cima. Ela impõe igualmente a junção do domínio específico da arte maior e o da arte menor, domínios que estiveram separados durante séculos.

25 Junção que é desvantajosa para ambos. A seriedade da arte maior perece na especulação sobre os efeitos que produz; a coação civilizacional destrói, por seu turno, o elemento de resistência rebelde que era inerente à arte menor quando o controle da sociedade não era ainda total.

30 Se bem que a especulação da indústria da cultura acerca do estado de consciência ou inconsciência dos milhões de pessoas a quem se dirige seja um fato incontestável, as massas não representam uma realidade primária, mas constituem-se antes como objeto secundário e calculado,

35 um apêndice da engrenagem. O cliente não é rei, como a indústria da cultura gostaria de fazer crer; não é o seu sujeito, mas sim o objeto.

(Adaptado de ADORNO, Theodor W. Breves considerações acerca da indústria da cultura. In: **Sobre a indústria da cultura**. Coimbra: Ângelus Novus, 2003, p. 97-8)

1. Nas linha iniciais do texto,
 - (A) o livro de Horkheimer foi citado como comprovação da idéia cabalmente estabelecida de que a expressão “indústria da cultura” é inovadora.
 - (B) é apresentado de maneira assertiva o fato de que outros autores que antecederam a **Dialética** faziam uso da expressão “cultura de massas”, opondo-a a “indústria da cultura”.
 - (C) a palavra *que* (7ª linha), que introduz o segmento *se trataria de qualquer coisa (...) da arte popular*, tem como antecedente o pronome *daquela*.
 - (D) o cotejo estabelecido pela palavra *como* (8ª linha) esclarece a distinção entre “cultura de massas” e “forma contemporânea da arte popular”, tal como proposta pelos defensores da primeira expressão.
 - (E) está expressa a idéia de que a substituição feita pelos autores não se deu pela revisão da natureza do fenômeno designado, mas para não favorecer certo tipo de leitura do fato.
-
2. A frase *A indústria da cultura encontra-se nos antípodas de tal concepção*, no contexto, deve ser entendida da seguinte maneira:
 - (A) o modo como a indústria cultural se estrutura na contemporaneidade opõe-se diametralmente ao modo espontâneo como as massas se expressavam anteriormente.
 - (B) a concepção de que a cultura de massas é qualquer coisa que implique manifestação de arte reverte o sentido que se dava à expressão, sendo-lhe acrescentada a qualidade de “popular”.
 - (C) o modo como o autor do texto compreende a indústria da cultura é incompatível com o entendimento de que ela se constitui de manifestações espontâneas das massas.
 - (D) a interpretação que o autor do texto propõe como correta para a expressão “indústria da cultura” contrapõe-se à idéia de que existe uma forma contemporânea de arte popular.
 - (E) “cultura de massas” e “forma contemporânea da arte” são manifestações que, embora em extremidades opostas, não apresentam a contradição que o autor vê na aproximação dos termos “indústria” e “da cultura”.

3. *Integram-se no sistema de forma ordenada e praticamente sem falhas, processo que fica a dever tanto aos recursos atuais da tecnologia como à concentração econômica e administrativa. A indústria da cultura é a integração propositada de seus consumidores, a partir de cima. Ela impõe igualmente a junção do domínio específico da arte maior e o da arte menor, domínios que estiveram separados durante séculos. Junção que é desvantajosa para ambos. A seriedade da arte maior perece na especulação sobre os efeitos que produz; a coação civilizacional destrói, por seu turno, o elemento de resistência rebelde que era inerente à arte menor quando o controle da sociedade não era ainda total.*

Considerando o fragmento acima, e o contexto, assinale a única afirmação INCORRETA.

- (A) Uma possível redação para o segmento grifado, totalmente adequada à norma da gramática prescritiva, seria: “processo que fica em débito quer com os recursos atuais da tecnologia, quer com a concentração econômica e administrativa”.
- (B) A expressão *a partir de cima*, associada a *fabricados mais ou menos segundo um plano*, contribui para a construção do sentido de que a indústria cultural não contempla a espontaneidade das massas.
- (C) O segmento *na especulação sobre os efeitos que produz* expressa noção de processo.
- (D) No fragmento está pressuposto que, em tempos de indústria cultural, o controle da sociedade é completo.
- (E) No fragmento, está subentendida a idéia de que, sob certas condições, a *resistência rebelde* é elemento intrínseco à *arte menor*.

4. *Se bem que a especulação da indústria da cultura acerca do estado de consciência ou inconsciência dos milhões de pessoas a quem se dirige seja um fato incontestável, as massas não representam uma realidade primária, mas constituem-se antes como objeto secundário e calculado, um apêndice da engrenagem.*

No período acima transcrito,

- (A) *se bem que* equivale a “tanto que”.
- (B) se houvesse uma vírgula depois de *se bem que*, não haveria prejuízo da norma padrão.
- (C) o emprego da palavra *antes* reforça a idéia de eliminação do que acaba de ser anunciado no primeiro membro coordenado, realizada pelo emprego da conjunção *mas*.
- (D) a palavra *como* tem idêntica natureza e função de *como* encontrado na frase: “As ciências modernas, como a medicina, evoluem rapidamente hoje em dia.”
- (E) se a palavra *antes* fosse deslocada, a nova seqüência “mas constituem-se como objeto secundário e calculado, antes, um apêndice da engrenagem” preservaria o sentido original.

5. *Ela reorganiza o que há muito se tornou hábito, dotando-o de uma nova qualidade.*

Considerada a frase acima, é correto afirmar:

- (A) o prefixo que entra na composição de *reorganizar* tem o mesmo valor que o encontrado em “regredir”.
- (B) o pronome relativo *que* (o *que há*) se refere ao antecedente *o* (o *que há*).
- (C) o pronome *o* (o *que há*) é da mesma natureza do encontrado em *dotando-o*.
- (D) *dotando-o de* equivale a “se lhe favorece com”.
- (E) se fosse colocada uma vírgula depois da expressão *há muito*, a frase estaria também pontuada de acordo com norma padrão da língua escrita.

6. *O cliente não é rei, como a indústria da cultura gostaria de fazer crer; não é o seu sujeito, mas sim o objeto.*

Levando em conta o contexto, considere as afirmações que seguem sobre o autor e seus procedimentos na frase acima.

- I. Fazendo uso de linguagem conotativa, expressa sua opinião acerca do lugar que o cliente verdadeiramente ocupa no contexto da indústria cultural.
- II. Recorrendo a frase hipotética, explícita, pelo deslocamento da posição do cliente, o que lhe parece ser a relação entre “aquilo que é” e “aquilo que se deseja fazer parecer que é”.
- III. Estabelecendo uma comparação – articulada pelos elementos grifados na frase acima – evidencia que o cliente não constitui preocupação da indústria cultural, embora esta indústria tente criar a ilusão de que a produção é ditada pela expectativa das massas.

É correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) II, apenas.
- (E) I, II e III.

7. A frase em que são levadas em conta as normas de concordância previstas pela gramática normativa é:

- (A) Aquela específica forma cultural de que falávamos, associada a qualquer outra da mesma região, revelam que se pode esperar muito de grupos a que até agora não foi dado atenção.
- (B) Tudo indica que deve existirem técnicas as mais variadas para se fazer publicidade de produtos da indústria cultural, passível, aliás, de serem descritas.
- (C) Elas tinham consciência de ter à disposição só objetos padronizados, mas acreditavam que haveria situações que lhes favoreceriam a criatividade ou que as obrigassem a tê-la.
- (D) É inevitável, em qualquer contexto, as conjecturas sobre aquilo que poderá ser feito, mas, nesse caso, a dificuldade está em se definirem quais os pontos mais relevantes.
- (E) Atualmente, seja quais forem os produtos culturais à disposição, o que se vende é um consenso geral e acrítico, impostos pela publicidade maciça.

8. A frase totalmente de acordo com as normas da gramática prescritiva, no que se refere à regência, é:

- (A) Eles estão hesitantes por como apresentar o projeto, pois pensaram, inicialmente, em fazer painel explicativo à maneira como funciona a engrenagem.
- (B) Nem bem chegou o rapaz, ela divisou-lhe, e, aproximando-se a ele rapidamente, entregou as pastas de cujo conteúdo ele já estava a par.
- (C) A harmonia do homem e a natureza é algo que todos dependem, embora muitos revelem má vontade para com as coisas naturais simplesmente porque não as conhecem bem.
- (D) Na sua genuína acepção, a cultura nunca se limitou a reproduzir os desejos dos homens, mas sempre ergueu a sua voz contra as duras condições em que se desenrola a vida.
- (E) Desde o momento que as formas culturais constituíram em ganha-pão dos seus criadores, o mercado começou a agir para ficar propício com elas.

9. A frase totalmente de acordo com a norma padrão da língua escrita é:

- (A) Ele requereu que o setor central na indústria da cultura, o cinema, revisse suas práticas, e chegou a pôr sob suspeição métodos que têm suscitado críticas de especialistas.
- (B) Nem todos quiseram se manifestar, mas os que o fizeram assinalaram o excesso de passivo e a dificuldade de superar a crise, se não sobreviverem boas oportunidades.
- (C) Se os agentes da cultura não se comporem para evitar os riscos de menosprezo da cultura espontânea, por ceticismo em relação àquilo que ela cria, muito se perderá definitivamente.
- (D) Repuseram a questão de forma a exigir uma análise profunda de seus vários ítems, mas, quando se chegou à tocar no processo de produção cinematográfico, a exitação foi grande.
- (E) Muitos maus-entendidos teriam sido evitados, se alguns tivessem pesquisado melhor a questão e houvessem reconhecido que o projeto contém pontos excelentes.

10. Cada frase abaixo foi reescrita com a substituição do termo grifado por um pronome. Considerando a adequada substituição do pronome e sua devida colocação na frase, de acordo com a norma da gramática prescritiva, há INADEQUAÇÃO em:

- (A) Na última cena, a avó tocou as faces da menina com carinho.
Na última cena, a avó tocou-lhe as faces com carinho.
- (B) Pensou em questionar; mas questionamentos, quem admite questionamentos?
Pensou em questionar, mas questionamentos, quem os admite?
- (C) Os pais abaixam-se, seguram a filha pelos membros e erguem-na até eles.
Os pais abaixam-se, seguram a filha pelos membros e erguem-na até si.
- (D) Eu julgava aqueles produtores realizados por terem vencido o festival.
Eu lhes julgava realizados por terem vencido o festival.
- (E) Amava-a, a Mariana, à mulher dos seus filhos.
Amava-a, a ela, à mulher dos seus filhos.

Instruções: Para responder às questões de números 11 a 15 considere o texto abaixo.

1 *De modo geral, o século XVIII assistiu à passagem do sistema do mecenato, pelo qual o artista era financiado por um produtor opulento – secular ou eclesiástico – ao sistema de produção para o mercado. Sem dúvida, essa*
5 *passagem foi gradual e o mecenato não se extinguiu de todo. Giambattista Tiepolo passou a vida a serviço de protetores, como o príncipe-bispo da Francônia e o rei da Espanha. Händel foi protegido pelos reis de Hanover.*

Mas pouco a pouco surgiu um novo personagem – o
10 *artista que vivia do seu trabalho e era remunerado por sua própria clientela. O livro podia ser vendido, e bem vendido. Dryden recebeu em 1697 a soma de 1 400 libras por sua tradução de Virgílio. Pope enriqueceu com suas próprias*
15 *obras e com a tradução da Ilíada e da Odisséia. Lessage ganhou a vida com seus romances e seu teatro. Surgiu o autor profissional. “Ser autor”, diz o Almanach des auteurs, de 1755, “é hoje uma profissão, como ser militar, eclesiástico ou financista.”*

Essa independência é assegurada pelo favor do
20 *público, às vezes tão caprichoso como os antigos mecenas, mas outorgando aos autores um grau de liberdade que seria impensável no passado.*

A independência não se limitava às letras. Um pintor como Reynolds enriqueceu com seus retratos, pelos quais
25 *cobrava preços astronômicos. A liberdade proporcionada pelo sucesso comercial não impedia os artistas de trabalharem para os grandes, mas permitia estabelecer com eles uma relação de altivez e até de arrogância. Contratado pela corte da Rússia para executar uma estátua*
30 *de Pedro, o Grande, o escultor Falconet recusou os vários projetos que lhe haviam sido submetidos a título de sugestão e teve o gesto magnífico de não aceitar a remuneração de 400 mil libras que lhe foi proposta: soberbo de desdém, exigiu receber exatamente a metade da quantia.*

(Adaptado de ROUANET, Sérgio Paulo. Ilustração e modernidade. In: **Mal-estar na modernidade (ensaios)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 138)

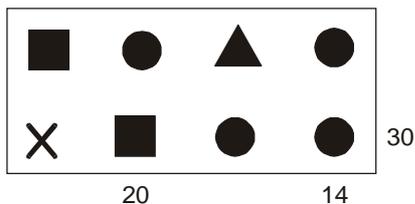
<p>11. A alternativa que apresenta o resumo mais adequado do texto é:</p> <p>(A) De modo geral, no século XVIII ocorreu a passagem lenta e permanente de sistemas de produção artística, sem que o mecenato se extinguisse (artistas como Händel continuaram a ser protegidos); quando surgiu a profissão de autor – como militar, por exemplo –, o público, mesmo exigente, deu-lhe liberdade, e o sucesso o fez ser arrogante até com os poderosos, de quem cobravam preços astronômicos.</p> <p>(B) De modo geral, no século XVIII se deu, de maneira progressiva, o abandono do sistema de mecenato pelo de produção para o mercado, dando origem à profissão de autor; o sucesso de vendas permitia liberdade antes desconhecida, que propiciava ao artista não só poder trabalhar inclusive com os poderosos, mas também assumir, na relação com eles, até atitudes arrogantes.</p> <p>(C) De uma forma abrangente, pode-se dizer que o século XVIII foi o que permitiu que o produtor secular ou eclesiástico deixasse ao artista a liberdade de produzir para o mercado; muitos enriqueceram, como Dryden e Pope, outros continuaram a ser protegidos; autores e pintores eram livres para cobrar o que quisessem, e muitos, pelo sucesso, passaram a ser arrogantes até com os poderosos.</p> <p>(D) De certa forma, o século XVIII viu nascer nova profissão, a do artista, oriunda do abandono pelos mecenas e da produção para o mercado; o autor, por exemplo, se tivesse traduzido ou produzido obras importantes (caso de Dryden ou Pope), podia ser independente, chegando até a ser prepotente com os poderosos quando queriam um trabalho seu.</p> <p>(E) De certa forma, o século XVIII conheceu o processo de passagem da atividade artística de um pólo a outro: do mecenato ao mercado; sem dúvida, lentamente, mas viu-se o aparecimento do novo personagem, o artista que vendia sua produção, e que podia ser mais livre; mesmo muito rigoroso, o público podia pagar bem, até enriquecendo o artista (caso de Reynolds) e tornando-o mais arrogante com os poderosos.</p>	<p>13. <i>Essa independência é assegurada pelo favor do público,</i> I <i>às vezes tão caprichoso como os antigos mecenas, mas</i> II III <i>outorgando aos autores um grau de liberdade que</i> IV <i>seria impensável no passado.</i> V</p> <p>Considerando o contexto, há equivalência entre o segmento grifado e a expressão proposta, em:</p> <p>(A) I = é obtida por vantagens oferecidas ao público. (B) II = ocasionalmente detalhista. (C) III = os ricos protetores já anciãos. (D) IV = facultando aos produtores de arte. (E) V = poderia ter sido vaticinado.</p>
<p>12. A frase que, no contexto, constitui um argumento de confirmação é:</p> <p>(A) <i>Sem dúvida, essa passagem foi gradual e o mecenato não se extinguiu de todo.</i></p> <p>(B) <i>Mas pouco a pouco surgiu um novo personagem – o artista que vivia do seu trabalho...</i></p> <p>(C) <i>A independência não se limitava às letras.</i></p> <p>(D) <i>Essa independência é assegurada pelo favor do público...</i></p> <p>(E) <i>“Ser autor”, diz o Almanach des auteurs, de 1755, “é hoje uma profissão, como ser militar, eclesiástico ou financista.”</i></p>	<p>14. <i>Contratado pela corte da Rússia para executar uma estátua de Pedro, o Grande, o escultor Falconet recusou os vários projetos que lhe haviam sido submetidos a título de sugestão e teve o gesto magnífico de não aceitar a remuneração de 400 mil libras que lhe foi proposta: soberbo de desdém, exigiu receber exatamente a metade da quantia.</i></p> <p>Com relação ao fragmento acima transcrito, é correto afirmar:</p> <p>(A) os dois pontos anunciam um esclarecimento acerca de algo anteriormente enunciado. (B) <i>Contratado pela corte da Rússia</i> expressa, no contexto, noção de causa. (C) <i>havam sido submetidos</i> indica ação ocorrida simultaneamente à ação citada anteriormente, realizada pelo escultor – <i>recusou</i>. (D) <i>a título de sugestão</i> equivale a “porque ele pedira sugestão”. (E) de natureza predominantemente narrativa, o excerto é objetivo, não apresentando marca alguma de subjetividade do autor.</p> <p>15. É correto afirmar que, no texto,</p> <p>(A) (linha 11) <i>bem</i>, em <i>O livro podia ser vendido, e bem vendido</i>, intensifica o ganho auferido com a venda. (B) (linha 2) <i>pelo qual</i>, em <i>pelo qual o artista era financiado por um produtor opulento</i>, pode ser substituído por “porque”, sem que sejam afetados o sentido original e a norma padrão. (C) (linhas 19 e 20) a frase <i>Essa independência é assegurada pelo favor do público</i> manteria o sentido original, se fosse transposta para a voz ativa assim: O favor do público tinha assegurado essa independência. (D) (linhas 24 e 25) o segmento grifado, em <i>Reynolds enriqueceu com seus retratos, pelos quais cobrava preços astronômicos</i>, pode ser substituído, sem que seja afetada a norma padrão, por: cujos os preços eram astronômicos. (E) (linha 28) <i>até</i>, em <i>permitia estabelecer com eles uma relação de altivez e até de arrogância</i>, indica que, numa escalada ascendente, <i>arrogância</i> ocupa o menor grau.</p>

16. Em uma urna temos 3 bolas azuis, cada uma com 5 cm^3 de volume, 3 cubos pretos, cada um com 2 cm^3 de volume e 1 cubo azul de 3 cm^3 de volume. Retirando-se quatro objetos da urna, sem reposição, necessariamente um deles
- (A) terá volume menor do que 3 cm^3 .
 - (B) terá volume maior do que 3 cm^3 .
 - (C) será uma bola.
 - (D) será azul.
 - (E) será preto.

17. Um certo número de dados de seis faces formam uma pilha única sobre uma mesa. Sabe-se que:
- os pontos de duas faces opostas de um dado sempre totalizam 7;
 - a face do dado da pilha que está em contato com a mesa é a do número 6;
 - os pontos das faces em contato de dois dados da pilha são sempre iguais.
- Sendo verdadeiras as três afirmações acima, na pilha, a face do dado da pilha mais afastada da mesa
- (A) necessariamente tem um número de pontos ímpar.
 - (B) tem 6 pontos, se o número de dados da pilha for par.
 - (C) tem 6 pontos, se o número de dados da pilha for ímpar.
 - (D) tem 1 ponto, se o número de dados da pilha for par.
 - (E) necessariamente tem um número par de pontos.

18. Admita que, a cada semana, um processo seja arquivado em um fórum. Uma proposição aberta, com x sendo um número natural, equivalente à sentença interrogativa "em quantas semanas são arquivados mais de 210 processos nesse fórum?" é:
- (A) $210x > 7$
 - (B) $210x = 7$
 - (C) $7 + x = 210$
 - (D) $7x = 210$
 - (E) $7x > 210$

19. No retângulo abaixo, cada um dos quatro símbolos diferentes representa um número natural. Os números indicados fora do retângulo representam as respectivas somas dos símbolos na linha 2 e nas colunas 2 e 4:



- Conclui-se das informações que o símbolo X representa o número
- (A) 3
 - (B) 5
 - (C) 7
 - (D) 8
 - (E) 9

20. Observe a construção de um argumento:
- Premissas: Todos os cachorros têm asas.
 Todos os animais de asas são aquáticos.
 Existem gatos que são cachorros.
- Conclusão: Existem gatos que são aquáticos.
- Sobre o argumento A, as premissas P e a conclusão C, é correto dizer que
- (A) A não é válido, P é falso e C é verdadeiro.
 - (B) A não é válido, P e C são falsos.
 - (C) A é válido, P e C são falsos.
 - (D) A é válido, P ou C são verdadeiros.
 - (E) A é válido se P é verdadeiro e C é falso.

21. Em uma declaração ao tribunal, o acusado de um crime diz:
- "No dia do crime, não fui a lugar nenhum. Quando ouvi a campainha e percebi que era o vendedor, eu disse a ele: - hoje não compro nada. Isso posto, não tenho nada a declarar sobre o crime."
- Embora a dupla negação seja utilizada com certa frequência na língua portuguesa como um reforço da negação, do ponto de vista puramente lógico, ela equivale a uma afirmação. Então, do ponto de vista lógico, o acusado afirmou, em relação ao dia do crime, que
- (A) não foi a lugar algum, não comprou coisa alguma do vendedor e não tem coisas a declarar sobre o crime.
 - (B) não foi a lugar algum, comprou alguma coisa do vendedor e tem coisas a declarar sobre o crime.
 - (C) foi a algum lugar, comprou alguma coisa do vendedor e tem coisas a declarar sobre o crime.
 - (D) foi a algum lugar, não comprou coisa alguma do vendedor e não tem coisas a declarar sobre o crime.
 - (E) foi a algum lugar, comprou alguma coisa do vendedor e não tem coisas a declarar sobre o crime.

22. Sabe-se que existem pessoas desonestas e que existem corruptos. Admitindo-se verdadeira a frase "Todos os corruptos são desonestos", é correto concluir que
- (A) quem não é corrupto é honesto.
 - (B) existem corruptos honestos.
 - (C) alguns honestos podem ser corruptos.
 - (D) existem mais corruptos do que desonestos.
 - (E) existem desonestos que são corruptos.

23. Um economista deu a seguinte declaração em uma entrevista: "Se os juros bancários são altos, então a inflação é baixa".
- Uma proposição logicamente equivalente à do economista é:
- (A) se a inflação não é baixa, então os juros bancários não são altos.
 - (B) se a inflação é alta, então os juros bancários são altos.
 - (C) se os juros bancários não são altos, então a inflação não é baixa.
 - (D) os juros bancários são baixos e a inflação é baixa.
 - (E) ou os juros bancários, ou a inflação é baixa.

24. A correta negação da proposição “todos os cargos deste concurso são de analista judiciário” é:

- (A) alguns cargos deste concurso são de analista judiciário.
- (B) existem cargos deste concurso que não são de analista judiciário.
- (C) existem cargos deste concurso que são de analista judiciário.
- (D) nenhum dos cargos deste concurso não é de analista judiciário.
- (E) os cargos deste concurso são ou de analista, ou no judiciário.

25. Admitindo que certo Tribunal tem 1 800 processos para serem lidos e que cada processo não possui mais do que 200 páginas, é correto afirmar que

- (A) não existem 2 processos com o mesmo número de páginas.
- (B) não existe processo com exatamente 9 páginas.
- (C) cada processo tem, em média, 9 páginas.
- (D) existem pelo menos 9 processos com o mesmo número de páginas.
- (E) mais de 100 000 páginas serão lidas na realização do serviço.

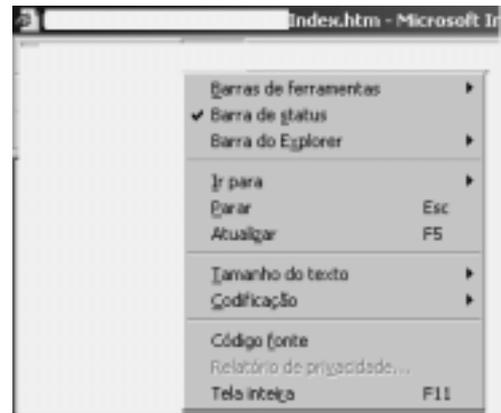
26. A fim de elaborar um documento no Microsoft Word 97, o profissional necessita dividir cada página em três colunas de texto. Para realizar esta operação, uma das possibilidades é a escolha da opção *Colunas...*, pertencente ao menu

- (A) Exibir.
- (B) Inserir.
- (C) Arquivo.
- (D) Editar.
- (E) Formatar.

27. Utilizando-se do sistema operacional Windows 2000, um analista necessita criar uma nova pasta que contenha arquivos. Isto pode ser feito através do Windows Explorer mediante a escolha do menu:

- (A) “Exibir”, opção “Adicionar”, item “Nova Pasta”.
- (B) “Arquivo”, opção “Novo”, item “Pasta”.
- (C) “Favoritos”, opção “Nova”, item “Pasta”.
- (D) “Editar”, opção “Opções de Pasta”, item “Nova Pasta”.
- (E) “Ferramentas”, opção “Novo”, item “Pasta”.

28. Analise:



A figura acima apresenta opções do Internet Explorer, pertencentes ao menu

- (A) Exibir.
- (B) Editar.
- (C) Arquivo.
- (D) Ferramentas.
- (E) Favoritos.

29. No Windows Explorer (do Windows 2000), uma forma alternativa de copiar um arquivo de uma pasta e colá-lo em outra, após selecioná-lo, é utilizar as seguintes teclas combinadas:

- (A) alt+x para copiá-lo e ctrl+y para colá-lo.
- (B) ctrl+x para copiá-lo e alt+v para colá-lo.
- (C) shift+v para copiá-lo e alt+c para colá-lo.
- (D) ctrl+c para copiá-lo e ctrl+v para colá-lo.
- (E) esc+x para copiá-lo e alt+v para colá-lo.

30. Em uma correspondência eletrônica (*e-mail*) um profissional lê, no texto, diversas referências. Algumas seguem o padrão geral da internet e outras não. Três dessas referências lidas são:

- I. lftp\:\qualquer\com.br
- II. http://www.qualquer.com
- III. qualquer@prov.com.br

Ao interpretar tais referências, o profissional deve entendê-las como:

- (A) I e II fora do padrão internet e III um endereço de *site* da internet.
- (B) I um endereço de *e-mail*, II um endereço de *site* da internet e III fora do padrão internet.
- (C) I fora do padrão internet, II um endereço de *site* da internet e III um endereço de *e-mail*.
- (D) I um endereço de *site* da internet e II e III fora do padrão internet.
- (E) I e III fora do padrão internet e II um endereço de *e-mail*.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

31. Na reclamação trabalhista proposta por bancário, a competência é definida
- (A) pelo local da sede do Banco empregador.
 - (B) pelo local da prestação de serviços.
 - (C) pelo local de escolha do reclamante.
 - (D) pelo foro de eleição das partes.
 - (E) por prevenção.

32. Nos autos de reclamação trabalhista proposta por ex-empregado, uma empresa pretende ressarcir-se do valor correspondente a empréstimo que efetuou ao reclamante. Assim sendo, é correto afirmar que
- (A) poderá fazê-lo, arguindo a compensação como matéria de defesa.
 - (B) poderá fazê-lo apenas no momento da execução da sentença.
 - (C) poderá fazê-lo, desde que detenha nota promissória relativa à dívida.
 - (D) não poderá fazê-lo porque, no processo do trabalho, a compensação está restrita às dívidas de natureza trabalhista.
 - (E) não poderá fazê-lo, porque o processo do trabalho não admite qualquer desconto sobre verbas de natureza salarial.

33. Arrolado como testemunha para prestar depoimento durante seu expediente, o funcionário público civil deverá
- (A) comparecer espontaneamente.
 - (B) ser conduzido por Oficial de Justiça.
 - (C) ser requisitado ao chefe da repartição.
 - (D) ser ouvido na própria repartição.
 - (E) prestar o depoimento por escrito.

34. Não contendo pedido certo e determinado, a petição inicial da reclamação trabalhista, cujo valor não ultrapassa 40 salários mínimos, será
- (A) arquivada, ficando o reclamante impedido de ajuizar nova ação no prazo de 6 meses.
 - (B) arquivada, condenando-se o reclamante ao pagamento das custas.
 - (C) indeferida, condenando-se o reclamante ao pagamento de multa.
 - (D) indeferida, condenando-se o reclamante ao pagamento das custas.
 - (E) indeferida, extinguindo-se o processo.

35. Para se defender de uma reclamação trabalhista ajuizada por funcionário público estatutário que pleiteia a equiparação salarial com empregado celetista, o qual exerce função idêntica à sua, a Administração Pública deverá oferecer
- (A) contestação com preliminar de ilegitimidade de parte.
 - (B) contestação com preliminar de falta de interesse de agir.
 - (C) exceção de incompetência em razão da pessoa.
 - (D) exceção de incompetência em razão do lugar.
 - (E) exceção de incompetência em razão da matéria.

36. Tendo sido celebrado acordo no valor de R\$ 36.000,00 e nada sendo estipulado pelas partes com relação ao pagamento das custas, estas serão pagas
- (A) pelo reclamante, no valor de R\$ 72,00.
 - (B) pela reclamada, no valor de R\$ 72,00.
 - (C) pela reclamada, no valor de R\$ 100,00.
 - (D) pela reclamada, no valor de R\$ 720,00.
 - (E) em partes iguais pelas partes, cabendo a cada uma o valor de R\$ 360,00.

37. A penhora poderá ser realizada em domingo ou feriado
- (A) mediante autorização expressa do juiz.
 - (B) mediante requerimento da parte.
 - (C) se constatado que o executado se oculta.
 - (D) se, após três tentativas em dias úteis, o executado não for localizado.
 - (E) segundo a conveniência do Oficial de Justiça.

38. O *jus postulandi* encontra limitação no impedimento para
- (A) apresentar razões finais.
 - (B) impugnar os cálculos de liquidação.
 - (C) interpor recurso de revista.
 - (D) interpor recurso extraordinário.
 - (E) impetrar *habeas corpus*.

39. Tendo sido citado em execução trabalhista para pagar débito já quitado, o executado deverá comprovar o pagamento por meio de
- (A) impugnação à sentença de liquidação.
 - (B) agravo de petição.
 - (C) embargos à execução.
 - (D) mandado de segurança.
 - (E) recurso ordinário.

40. Verificado pelo juiz, no julgamento de Embargos Declaratórios, que a decisão embargada contém omissão, deverá ele
- (A) proferir decisão com efeito modificativo.
 - (B) corrigir de ofício a omissão.
 - (C) encaminhar o processo à instância superior, para complementação do julgamento.
 - (D) anular o feito de ofício.
 - (E) determinar o arquivamento do feito.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

41. A respeito do direito de ação, é INCORRETO afirmar que
- (A) é o direito subjetivo público de pleitear ao Poder Judiciário uma decisão sobre uma pretensão.
 - (B) é dependente e vinculado ao direito material ou à relação jurídica material existente entre as partes.
 - (C) é assegurado pela Constituição, a qual garante que a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito.
 - (D) são condições de seu exercício: a legitimidade, o interesse de agir e a possibilidade jurídica do pedido.
 - (E) são elementos identificadores da ação: as partes, o pedido e a causa de pedir.

42. Mário foi citado por oficial de justiça para contestar em 15 dias ação proposta por Joaquim. O prazo de Mário começará a correr da data
- (A) da publicação, no diário oficial, do mandado cumprido, excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.
 - (B) em que efetivamente ocorreu a citação, excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.
 - (C) da juntada aos autos do mandado cumprido, incluindo-se o dia do começo e excluindo-se o do vencimento.
 - (D) em que efetivamente ocorreu a citação, incluindo-se o dia do começo e excluindo-se o do vencimento.
 - (E) da juntada aos autos do mandado cumprido, excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

43. Mário ajuizou ação de reparação de danos em face de Ana, relativamente incapaz, assistida no processo por sua mãe Diana. Após o juiz ter saneado o processo, Mário pretende alterar o seu pedido. Neste caso, a alteração do pedido
- (A) não será permitida, salvo se houver a concordância do Ministério Público.
 - (B) será permitida, se houver a concordância de Ana.
 - (C) será permitida, se houver a concordância de Diana.
 - (D) em nenhuma hipótese será permitida.
 - (E) apenas será permitida se houver a concordância de Diana e de Ana.

44. João e José são réus em ação de cobrança proposta por Dora referente aos créditos de que são devedores solidários. Citados, João apresentou contestação, mas José deixou de apresentar qualquer defesa e foi declarado revel. Neste caso,

- (A) reputar-se-ão verdadeiros os fatos afirmados por Dora, como efeito da revelia decretada, mas José poderá intervir no processo como parte, recebendo-o no estado em que se encontra.
- (B) reputar-se-ão verdadeiros os fatos afirmados por Dora, como efeito da revelia decretada, mas José poderá intervir no processo como assistente de João.
- (C) não se reputarão verdadeiros os fatos afirmados por Dora, tendo em vista que João ofereceu contestação, podendo José intervir no processo em qualquer fase.
- (D) reputar-se-ão verdadeiros os fatos afirmados por Dora, mas José será intimado de todos os atos do processo, podendo produzir prova.
- (E) não se reputarão verdadeiros os fatos afirmados por Dora, tendo em vista que João ofereceu contestação, mas José não pode mais intervir no processo, nem como parte, nem como assistente de João.

45. Maria ajuizou ação ordinária de indenização em face de Pedro. Pedro ofereceu contestação no prazo legal. O juiz determinou a abertura de vista dos autos a Maria para se manifestar sobre a contestação. Contra essa determinação

- (A) é cabível agravo de instrumento.
- (B) não cabe qualquer recurso.
- (C) é cabível recurso de apelação.
- (D) é cabível embargos infringentes.
- (E) é cabível recurso adesivo.

46. Manoel é proprietário de uma mercearia na cidade de Creatina e recebeu, em pagamento de mercadorias, dois cheques e uma nota promissória emitidas por pessoas diferentes. Colocados em cobrança, os cheques foram devolvidos por falta de fundos. A nota promissória não foi paga no vencimento. Levados a protesto, tais títulos de crédito não foram pagos. Nesse caso, Manoel

- (A) não pode cumular as execuções, devendo ajuizar execuções separadas, uma para cada devedor.
- (B) pode sempre acumular as execuções contra todos os devedores, por força do princípio da economia processual.
- (C) só pode cumular as execuções contra os devedores que pagaram com cheque, por serem idênticos os títulos executivos.
- (D) pode cumular as execuções contra os três devedores, desde que para todos eles seja competente o mesmo juízo.
- (E) só pode cumular as execuções contra os três devedores se os títulos tiverem sido emitidos no mesmo dia.

47. O devedor sem domicílio certo intenta alienar os bens que possui. A medida cautelar adequada ao caso, a ser requerida pelo credor, é
- (A) o arrolamento de bens.
 - (B) o seqüestro.
 - (C) a caução.
 - (D) a busca e apreensão.
 - (E) o arresto.

48. A respeito da impenhorabilidade do bem de família, considere as afirmativas:
- I. A impenhorabilidade do bem de família é oponível pelo devedor em execução movida por credor de pensão alimentícia decorrente de vínculos familiares.
 - II. Para efeitos de impenhorabilidade do bem de família, considera-se residência um único imóvel utilizado pelo casal ou pela entidade familiar para moradia permanente.
 - III. Os veículos de transporte incluem-se na impenhorabilidade do bem de família.
- Está correto o que se contém APENAS em
- (A) I.
 - (B) I e II.
 - (C) I e III.
 - (D) II.
 - (E) II e III.

DIREITO DO TRABALHO

49. Duração do trabalho de até 25 horas semanais, salário proporcional à jornada e proibição de horas extras são características do
- (A) banco de horas.
 - (B) trabalho extraordinário.
 - (C) trabalho em turnos de revezamento.
 - (D) trabalho em regime de tempo parcial.
 - (E) contrato de trabalho por prazo determinado.

50. Existindo Vara do Trabalho cuja jurisdição abranja mais de um município e sendo criada nova Vara do Trabalho com jurisdição sobre um desses municípios, qualquer modificação de jurisdição dependerá
- (A) de lei federal.
 - (B) de lei municipal.
 - (C) de previsão nas leis de organização judiciária.
 - (D) de previsão no Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho.
 - (E) de provimento expedido pelo Tribunal Superior do Trabalho.

51. Um empregado trabalhou para uma empresa no período de 05.01.2002 a 05.07.2004. Durante o contrato de trabalho não tirou férias nem recebeu qualquer pagamento a esse título. Tendo pedido demissão, deverá receber, além de outras verbas rescisórias,
- (A) férias simples relativas ao segundo período aquisitivo e férias proporcionais de 6/12, porquanto o primeiro período aquisitivo já está alcançado pela prescrição.
 - (B) dois períodos de férias simples, tendo em vista que, no pedido de demissão, não são devidas as férias proporcionais.
 - (C) dois períodos de férias em dobro e férias proporcionais de 6/12.
 - (D) dois períodos de férias simples e férias proporcionais de 6/12.
 - (E) férias em dobro relativas ao primeiro período aquisitivo, férias simples relativas ao segundo período aquisitivo e férias proporcionais de 6/12.

52. Empregadores cujos empregados recebem gorjetas dos clientes do estabelecimento
- (A) devem garantir o pagamento do salário mínimo aos empregados, independentemente do valor das gorjetas recebidas.
 - (B) estão obrigados a pagar o salário mínimo apenas nos meses em que o montante das gorjetas não atingir esse valor.
 - (C) estão obrigados a complementar o montante das gorjetas, para garantir aos empregados o recebimento do salário mínimo.
 - (D) devem garantir o pagamento de 30% do salário mínimo em dinheiro, independentemente do valor das gorjetas recebidas.
 - (E) estão dispensados de qualquer outro pagamento, tendo em vista que as gorjetas, assim como o salário, constituem remuneração.

53. No curso do aviso prévio, o empregador reconsiderou o ato, tornando-o sem efeito. A reconsideração do aviso prévio será eficaz
- (A) se não houver prejuízo para o empregado.
 - (B) se for aceita pelo empregado.
 - (C) se for homologada pelo sindicato profissional.
 - (D) pela simples comunicação da parte.
 - (E) somente se o motivo for justo.

54. Trabalhador admitido no serviço público sem concurso e que teve seu contrato de trabalho declarado nulo faz jus a
- (A) salários e seguro desemprego.
 - (B) salários e gratificação de Natal.
 - (C) salários e depósitos do FGTS na conta vinculada.
 - (D) aviso prévio de gratificação de Natal.
 - (E) seguro desemprego e depósitos do FGTS na conta vinculada.

DIREITO ADMINISTRATIVO

55. Após tomar ciência de irregularidades praticadas pela Assembleia Legislativa de seu Estado, o cidadão José da Silva diligenciou junto ao referido órgão, oportunidade em que lhe foi negado o direito de obter certidões que esclarecessem tal fato. Com essa recusa, foi desrespeitado o princípio da
- (A) eficiência.
 - (B) impessoalidade.
 - (C) tipicidade.
 - (D) motivação.
 - (E) publicidade.

56. Por meio de lei específica, o chefe do executivo da cidade de Campo Verde obteve autorização para instituir pessoa jurídica de direito privado, constituída mediante capital público e privado, destinada à prestação de serviço público de saneamento básico, a qual deverá observar a seguinte denominação:
- (A) Saneamento Básico Campo Verde S/A.
 - (B) Autarquia de Saneamento Básico Campo Verde.
 - (C) Fundação de Saneamento Básico Campo Verde.
 - (D) Empresa Pública de Saneamento Básico Campo Verde.
 - (E) Organização Social de Saneamento Básico Campo Verde.

57. O novo Chefe do Poder Executivo Estadual, após cinco dias da posse, ao exonerar o Assessor Especial do Governador, nomeado em comissão há mais de 10 (dez) anos, estará praticando ato administrativo
- (A) de império e enunciativo.
 - (B) vinculado e composto.
 - (C) complexo e regulamentar.
 - (D) discricionário e *ex officio*.
 - (E) de gestão e constitutivo.

DIREITO CONSTITUCIONAL

58. Os direitos fundamentais são também classificados em três gerações. Os de primeira, segunda e terceira gerações correspondem, respectivamente, aos direitos
- (A) à democracia ou ao pluralismo; de fraternidade ou de solidariedade; e de liberdade ou de defesa.
 - (B) de liberdade ou de defesa; de prestação por parte do Estado ou sociais; e de fraternidade ou de solidariedade.
 - (C) de prestação por parte do Estado ou sociais; à democracia ou à informação; e de liberdade ou de defesa.
 - (D) de fraternidade ou de solidariedade; de liberdade ou de defesa; e à igualdade material ou à isonomia.
 - (E) à informação ou ao pluralismo; de fraternidade ou de solidariedade; e de prestação por parte do Estado ou econômicos.

59. Paulo nasceu em Berlim, Alemanha, onde residiam seus pais Raul e Vera, ambos brasileiros. Aos 16 (dezesesseis) anos de idade, Paulo veio para o Brasil, onde passou a residir. Decorrido 1 (um) ano de residência, Paulo optou pela nacionalidade brasileira. Nesse caso, Paulo será
- (A) polipátrida ou de nacionalidade plúrima.
 - (B) brasileiro naturalizado ou de nacionalidade adquirida.
 - (C) brasileiro nato ou de nacionalidade postestativa.
 - (D) alemão, exclusivamente, ou de nacionalidade territorial.
 - (E) apátrida ou de nacionalidade negativa.

60. Leonardo é membro do Ministério Público, tendo entrado no exercício de suas funções no dia 03.11.2000. Exerce regularmente suas atribuições em 03.12.2002. Nesse caso, Leonardo
- (A) terá direito à estabilidade, mas perderá o cargo se não for aprovado no estágio probatório, a critério do Procurador-Geral da Justiça.
 - (B) poderá tornar-se vitalício somente após três anos de exercício, não podendo mais perder o cargo, salvo na hipótese de decisão administrativa.
 - (C) terá direito à garantia constitucional da vitaliciedade, não podendo perder o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado.
 - (D) poderá tornar-se estável somente após três anos de exercício, sendo que a vitaliciedade será adquirida após o quinto ano de exercício de suas funções.
 - (E) não terá direito à vitaliciedade, visto ser prerrogativa inerente aos juizes, mas lhe serão conferidas as garantias da inamovibilidade e da irredutibilidade de subsídios.

